

ARTIGO

**ANÁLISE DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA E DA SUA EFICÁCIA NA
PROMOÇÃO DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE
SOCIAL DA POPULAÇÃO TRANS EM SÃO PAULO**

TAMIRES RODRIGUES FRAZÃO

RESUMO

O presente trabalho analisa o Programa Transcidadania da cidade de São Paulo e sua eficácia na promoção de direitos e na redução da vulnerabilidade social de travestis e pessoas transexuais. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consistiu em analisar a eficácia do Programa Transcidadania na promoção dos direitos e na redução da vulnerabilidade social da população trans no município de São Paulo, avaliando suas estratégias, resultados, impactos na inclusão social e identificando desafios e possíveis melhorias para o fortalecimento de políticas públicas voltadas a esse grupo. A partir de uma análise qualitativa de fontes bibliográficas, buscou-se compreender como o programa contribui para a autonomia, cidadania e igualdade de oportunidades para pessoas trans, além de destacar a importância de políticas públicas inclusivas. O estudo também discutiu os desafios e avanços observados com a expansão do programa, incluindo sua descentralização para as periferias de São Paulo, e a criação de novas oportunidades de capacitação e inserção no mercado formal de trabalho. A pesquisa concluiu que, embora o Transcidadania tenha se mostrado uma ferramenta relevante na redução da vulnerabilidade social dessa população, ainda há a necessidade de ampliar a conscientização e garantir o acesso a uma cidadania plena para todos os indivíduos trans, bem como a ampliação do número de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+. Programa Transcidadania. Travestis. Pessoas transexuais. Serviço Social.

ABSTRACT

This study analyzes the Trans Citizenship Program in São Paulo and its effectiveness in promoting rights and reducing social vulnerability among transgender individuals and travestis. The research aimed to assess the effectiveness of the Trans Citizenship Program in advancing rights and reducing social vulnerability among the trans population in São Paulo by evaluating its strategies, results, social inclusion impacts, and identifying challenges and possible improvements to strengthen public policies targeting this group. Through a qualitative analysis of bibliographic sources, the study sought to understand how the program contributes to the autonomy, citizenship, and equal opportunities for trans individuals while emphasizing the importance of inclusive public policies. The research also addressed the challenges and progress observed with the program's expansion, including its decentralization to São Paulo's outskirts and the creation of new opportunities for professional training and entry into the formal job market. The findings concluded that, while Trans Citizenship has proven to be a relevant tool for reducing social vulnerability in this population, there remains a need to increase awareness and ensure full citizenship for all trans individuals, as well as to expand the number of public policies aimed at the LGBTQIAPN+ community.

Keywords: LGBTQIAPN+. Trans Citizenship Program. Travestis. Transgender individuals. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a evolução do movimento LGBTQIAPN+ reflete um esforço contínuo para incluir e dar visibilidade às diversas orientações sexuais e identidades de gênero que compõem a sociedade. A transição da sigla GLS, utilizada nos anos 1990, para LGBTQIAPN+ demonstra não apenas um avanço em termos de representatividade, mas também o reconhecimento da complexidade e diversidade das vivências desses grupos. Cada letra da sigla carrega um significado,

representando indivíduos que historicamente enfrentaram exclusão e violência por não se conformarem às normas cis heteronormativas impostas pela sociedade. Portanto, compreender a ampliação dessa sigla é fundamental para reconhecer as lutas específicas de cada grupo e reforçar a importância de iniciativas inclusivas que promovam igualdade e dignidade para todos (MOREIRA, 2022).

Se a sigla LGBTQIAPN+ marca um posicionamento de luta, resistência e orgulho, abrangendo lésbicas (L: mulheres que se relacionam com mulheres), gays (G: homens que se relacionam com homens), bissexuais (B: pessoas que se relacionam com homens e mulheres), transexuais e travestis (T: quem passou por transição de gênero), queer (Q: pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens), intersexo (I: pessoa com qualidades e características masculinas e femininas), assexuais (A: quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), pansexuais (P: quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações/condições sexuais), não-binário (N: quem não se percebe como pertencente a um gênero exclusivamente, cuja identidade e expressão não se limitam ao masculino e feminino, estando fora do binário de gênero e da cisnormatividade) e o símbolo aditivo “+ (mais)” (+: outros grupos e variações de sexualidade e gênero) (MOREIRA, 2022, p.5).

A população LGBTQIAPN+ possui uma trajetória histórica e política marcada pela busca por reconhecimento e igualdade de direitos. É sabido que, ao longo dos séculos, essa comunidade enfrentou uma série de lutas e resistências, além de passar por processos de marginalização e perseguição. Contudo, com todos os esforços dispendidos, esse grupo minoritário também protagonizou avanços significativos na conquista dos direitos humanos, os quais, embora presentes, ainda não são considerados suficientes para dar conta das demandas, das vivências e das experiências de quem faz parte desse grupo. Assim, ainda que hoje existam conquistas expressivas, como o reconhecimento de casamentos e uniões homoafetivas em alguns países, novos desafios e retrocessos continuam a surgir, especialmente diante de movimentos conservadores e populistas (BELMONTE, 2024).

Em 2019, 123 dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) haviam legalizado as relações sexuais consensuais realizadas por pessoas do mesmo sexo; contudo, 68 países ainda criminalizavam tais comportamentos, incluindo 6 nações que impunham como punição a pena de morte. Outros 26 países puniam relações sexuais realizadas por pessoas do mesmo sexo com sentenças que variavam dos 10 anos de cadeia à prisão perpétua (BELMONTE, 2024, p.13).

Não obstante, a vivência cotidiana da população LGBTQIAPN+ é atravessada por múltiplas e variadas camadas, como gênero, classe, raça e contexto regional,

reforçando a necessidade de uma abordagem interseccional para dar conta de todas essas nuances. A análise desse contexto, portanto, inclui temas essenciais, como a identidade de gênero, a descriminalização da homossexualidade e a luta contra a chamada “cura gay”, destacando as complexas estratégias utilizadas por ativistas ao longo das décadas. Há que se considerar, ainda, o papel do cristianismo em todas essas formas de preconceito, discriminação, perseguição e marginalização, uma vez que, em essência, é ele quem protagoniza essa luta contra a população LGBTQIAPN+ (BELMONTE, 2024).

No Brasil, a população LGBTQIA+ representa um contingente significativo de aproximadamente 15,5 milhões de pessoas, o equivalente a 9,3% da população nacional, segundo pesquisa do *Datafolha* divulgada em 2022. Contudo, esse grupo enfrenta inúmeros desafios estruturais e cotidianos, dentre os quais se destaca a dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. As barreiras impostas a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e outras dissidências estão intrinsecamente ligadas a processos de discriminação, estigmatização e exclusão histórica, que limitam o acesso a oportunidades econômicas e reforçam desigualdades sociais. Tal realidade aponta para a urgência de políticas públicas inclusivas e estratégias institucionais que garantam a igualdade de direitos e oportunidades no mercado de trabalho para essa parcela da população (BARBOSA, 2024).

Diante das dificuldades enfrentadas pela população LGBTQIA+ no mercado de trabalho, iniciativas como o Programa Transcidadania, implementado pela Prefeitura de São Paulo em janeiro de 2015, tornam-se essenciais para promover a inclusão social e profissional, especialmente de travestis e pessoas transexuais. O programa busca empoderar seus beneficiários por meio da progressão escolar e qualificação profissional, além de garantir apoio financeiro com uma bolsa mensal. Com um enfoque voltado à autonomia, cidadania e oportunidades, o Transcidadania oferece condições para que seus participantes concluam a educação básica, preparem-se para o mercado de trabalho e se capacitem profissionalmente. Adicionalmente, cada beneficiário recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico, assegurando suporte integral durante o período de permanência no programa. A expansão das vagas e a descentralização do programa, levando-o às periferias da

cidade, evidenciam o compromisso com a inclusão e o combate à vulnerabilidade social que afeta essa população historicamente marginalizada, fortalecendo suas chances de inserção no mercado de trabalho formal e promovendo uma cidadania plena (SÃO PAULO, 2021).

Isto posto, este trabalho tem como objetivo analisar o Programa Transcidadania, implementado pela Prefeitura de São Paulo, e sua eficácia na promoção de direitos e no enfrentamento da vulnerabilidade social da população trans na cidade. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate sobre políticas públicas voltadas para grupos historicamente marginalizados, considerando o contexto de exclusão social, discriminação e violência que permeia a realidade da população trans no Brasil.

Apesar de avanços importantes nas últimas décadas, como a conquista do casamento igualitário e o reconhecimento de identidades de gênero, retrocessos legislativos e o aumento da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ evidenciam a vulnerabilidade dessa população. Dessa forma, este estudo é relevante para a sociedade pois permite avaliar os avanços e os desafios na garantia de direitos, bem como identificar possíveis lacunas que possam orientar melhorias nas estratégias de inclusão e promoção da cidadania. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para a reflexão crítica acerca da atuação do poder público frente às demandas específicas da população trans e para o fortalecimento do compromisso com a equidade e a justiça social.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a eficácia do Programa Transcidadania na promoção de direitos e na redução das situações de vulnerabilidade social enfrentadas pela população trans no município de São Paulo, considerando suas estratégias, resultados e impactos na garantia de cidadania e inclusão social.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais estratégias e ações desenvolvidas pelo Programa Transcidadania para a promoção dos direitos da população trans.
- Avaliar os resultados alcançados pelo programa em relação à redução das situações de vulnerabilidade social, como o acesso à educação, emprego e saúde.
- Analisar os desafios e as limitações enfrentados na implementação do programa, buscando apontar possíveis melhorias para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à população trans.

3 MÉTODO

Esta pesquisa será conduzida por meio de uma revisão bibliográfica, visando reunir, analisar e discutir publicações científicas que abordam o Programa Transcidadania, implementado pela Prefeitura de São Paulo, e sua eficácia na promoção de direitos e no enfrentamento da vulnerabilidade social da população trans. O levantamento será realizado em quatro bases de dados: SciELO, PubMed, LILACS, BVS e Google Acadêmico. A escolha dessas plataformas se justifica por sua relevância no meio acadêmico e pela ampla disponibilidade de estudos na área das ciências sociais e da saúde, além do acesso a publicações nacionais e internacionais de qualidade.

Foram utilizadas como palavras-chave: “Programa Transcidadania” e “cidade de São Paulo” e “Serviço Social”, para garantir que os resultados sejam pertinentes ao tema central proposto. Não houve delimitação de tempo para a pesquisa das publicações. Os critérios de inclusão definidos para este estudo foram: publicações em língua portuguesa, artigos científicos disponíveis gratuitamente que abordem de forma direta e pertinente o Programa Transcidadania.

Em contrapartida, foram definidos os seguintes critérios de exclusão: monografias, dissertações e teses, publicações em outro idioma que não o português, estudos que não tratem diretamente do tema proposto ou que não estejam disponíveis

na íntegra de forma gratuita, visando assegurar que todas as referências possam ser plenamente acessadas e analisadas no decorrer do trabalho.

Com o propósito de assegurar a validade científica da pesquisa, foi dada prioridade a fontes revisadas por pares, que garantam credibilidade e rigor metodológico. Ao longo da redação do trabalho, todas as citações diretas e indiretas, assim como a estrutura das referências, seguiram rigorosamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O uso das normas ABNT não apenas confere uniformidade ao trabalho, mas também demonstra um compromisso com a padronização acadêmica e a integridade na construção do conhecimento. Assim, este estudo busca integrar diferentes perspectivas e conhecimentos sobre o tema, sempre respeitando os princípios éticos da pesquisa e da prática científica.

4. DESENVOLVIMENTO

A população transexual enfrenta desafios significativos para acessar instituições formais, como o sistema de saúde, educação e mercado de trabalho, devido à escassez de políticas públicas inclusivas e à persistência do estigma e da discriminação. Esses fatores estruturais se refletem em altos índices de desemprego e na predominância da informalidade, agravando as vulnerabilidades sociais e econômicas dessa população. O trabalho, além de ser um direito humano fundamental, desempenha um papel central como determinante social de saúde, influenciando diretamente as condições de vida e bem-estar (SILVA, LUPPI & VERAS, 2020).

No Brasil, no entanto, a dualidade entre os mercados de trabalho formal e informal evidencia desigualdades profundas, especialmente para grupos marginalizados. Enquanto o mercado formal oferece proteção por meio de legislações trabalhistas, o mercado informal expõe os trabalhadores a precariedades, agravando as barreiras enfrentadas pelas pessoas transexuais para alcançar sustento digno e autonomia social. Essas dinâmicas reforçam a urgência de políticas públicas que promovam a equidade no acesso ao trabalho e às condições de vida básicas (SILVA, LUPPI & VERAS, 2020).

Reconheceu-se, assim, o papel do Estado de *proteger* e implementar os direitos humanos, bem como ressaltou-se a necessidade de existência de mecanismos adequados de *reparação*, judiciais e não judiciais, em caso de descumprimento desses direitos pelas empresas. Indicou-se, ainda, a responsabilidade das empresas de *respeitar* os direitos humanos, em virtude de seu papel como órgãos especializados da sociedade (ALMEIDA & VASCONCELOS, 2018, p.303).

Isto posto, a fim de contextualizar o panorama atual, é necessário compreender aspectos históricos que envolvem o conceito da transexualidade, tópico que será abordado a seguir.

4.1 Transexualidade e aspectos históricos

A história da transexualidade é marcada por transformações no entendimento de gênero e sexualidade ao longo dos séculos, influenciadas por contextos sociais, científicos e culturais. Registros históricos mostram como as manifestações de sexualidade foram explicadas de forma naturalista até o século XIX, quando os discursos científicos passaram a moldar definições sobre o que era "próprio" ao masculino e feminino. A partir do aprimoramento das técnicas cirúrgicas e hormonais no século XX, a transexualidade foi reconhecida como um fenômeno social, ganhando cada vez mais visibilidade (MOREIRA & MARCOS, 2019).

Estudos *queer*, como os de Judith Butler, desafiaram as categorias binárias de sexo e gênero, explorando como identidades são construídas dentro de estruturas sociais. No campo psicanalítico, o conceito de gênero foi amplamente discutido pelo psiquiatra Robert Stoller, que contribuiu para diferenciar sexo biológico de identidade de gênero, marcando um avanço no entendimento da transexualidade como uma experiência legítima e não limitada a diagnósticos médicos ou distúrbios psíquicos (MOREIRA & MARCOS, 2019).

O termo "transexual" foi introduzido na década de 1940 pelo médico D. O. Caudwell e ganhou consolidação nos anos 1950 com o trabalho de Harry Benjamin, considerado pioneiro no estudo da transexualidade. Inicialmente, a transexualidade foi entendida como um distúrbio psíquico da identidade sexual, caracterizado pela convicção de um indivíduo de pertencer ao sexo oposto e pela busca de redesignação corporal por meio de intervenções médicas. O conceito, associado ao debate sobre

identidade de gênero e transformação corporal, marcou o início das discussões sobre o tema no campo médico e social (MOREIRA & MARCOS, 2019).

Mas foi apenas a partir da década de 1990 que a visibilidade da comunidade trans ganhou maior destaque no campo teórico-crítico, especialmente em diálogo com a teoria *queer* e debates pós-modernos e pós-estruturalistas sobre gênero, feminismo e sexualidades dissidentes. No caso de pessoas trans que buscam a redesignação sexual, o reconhecimento da identidade de gênero passou de um diagnóstico patologizante, como o Transtorno de Identidade de Gênero no DSM-IV, para a disforia de gênero no DSM-V. Essa mudança representou um avanço crucial na luta pela despatologização, fortalecendo o pensamento trans na academia e nos movimentos sociais. A perspectiva trans tem enriquecido debates sobre saúde mental, feminismos, teoria *queer* e outros campos, ao criticar e expandir os limites teóricos dessas abordagens frente às experiências vividas por pessoas trans (ALÓS, 2021).

Dentro desse contexto, um dos principais desafios hoje enfrentados pela população trans é a inserção no mercado de trabalho formal, que “é prerrogativa dos indivíduos assalariados, que se encontram amparados por um conjunto de leis trabalhistas e medidas de proteção” (SILVA, LUPPI & VERAS, 2020, p.1724). Em sua tese de doutorado, Luma Nogueira de Andrade (2012), a primeira travesti a se doutorar no Brasil, afirma que “a maioria das políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais é direcionada para a prevenção de doenças e o combate à exploração sexual, e não para políticas de inclusão na escola e no trabalho” (ANDRADE, 2012, p. 226).

Como agravante, existem ainda as dificuldades concretas enfrentadas por essa população no que diz respeito ao cotidiano concreto do trabalho:

[...] as entidades representantes dos direitos da população trans de São Paulo apontaram alguns desafios enfrentados por essas pessoas no acesso ao mercado de trabalho. Segundo sua opinião, tais barreiras seriam: (i) preconceito e transfobia; (ii) documentos, tais como registro civil e certificado de reservista; (iii) uso de banheiro, vestiário e uniforme; (iv) baixa escolaridade e evasão escolar involuntária; e (v) a linguagem corporal e verbal (ALMEIDA & VASCONCELOS, 2018, p.328).

Dessa forma, entendendo a necessidade de se buscar ações e políticas públicas voltadas para a inserção da população trans no mercado de trabalho formal,

investigou-se a eficácia do Programa Transcidadania no que diz respeito a reverter esse cenário. A seguir, apresenta-se a história e os objetivos do programa.

4.2 O Programa Transcidadania

O Programa Transcidadania foi criado pela Prefeitura de São Paulo em 29 de janeiro de 2015 com o intuito de funcionar “como um programa de reinserção social e promoção da cidadania para pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social” (MIRANDA & MACHADO, 2017, p.2), sendo administrado pela Coordenação de Políticas LGBT (CPLGBT) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

De uma maneira geral, o Programa Transcidadania constitui uma política pública de grande relevância social, voltada ao fortalecimento da inclusão profissional, reintegração social e resgate da cidadania de travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade. Vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o programa opera por meio de ações integradas que abrangem transferência de renda, qualificação profissional e estímulo à conclusão da escolaridade básica (SÃO PAULO, 2021).

Historicamente, o Programa Transcidadania teve sua origem em 2008 como POT LGBT, recebendo sucessivas atualizações até consolidar-se como uma política pública estruturada. Inicialmente, contava com 100 vagas e uma bolsa de R\$ 827,40 (oitocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos), que passou por aumentos progressivos, alcançando R\$ 1.386,00 (mil trezentos e oitenta e seis reais) em 2023. A descentralização, implementada em 2017, expandiu o alcance do programa para as zonas Norte, Sul, Leste e Oeste da cidade de São Paulo, democratizando o acesso aos serviços oferecidos. Essa expansão contribuiu para tornar o programa mais inclusivo e alinhado às necessidades da população trans e travesti em situação de vulnerabilidade, aproximando-se dos contextos locais e promovendo a equidade territorial. Dessa forma, o Transcidadania reafirma seu compromisso com a promoção da cidadania e a inclusão social, acompanhando a evolução das demandas e fortalecendo suas estratégias de atuação (SÃO PAULO, 2024).

Em 2024, o programa contava com 1.020 vagas em que, cada participante, ao longo de dois anos, recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 1.482,60 (mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos) por seis horas de atividades diárias, além de assistência interdisciplinar nas esferas psicológica, jurídica, social e pedagógica (SÃO PAULO, 2024).

Para participar do programa, a pessoa trans ou travesti em situação de vulnerabilidade deve inscrever-se no programa apresentando os documentos de identificação pessoal (RG, CPF, carteira de trabalho e comprovante de endereço) (SÃO PAULO, 2021). Além disso, deve atender aos seguintes pré-requisitos:

- Não ter completado o ensino médio.
- Estar estudando ou ter matrícula feita para o próximo ano letivo.
- Estar sem emprego e/ou não ter trabalhado formalmente nos últimos quatro meses.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas nas bases de dados apresentaram os seguintes resultados:

BASE DE DADOS	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES
SCIELO	0
PUBMED	0
LILACS	0
BVS	0
GOOGLE ACADÊMICO	35
TOTAL DE PUBLICAÇÕES	35

Após análise das publicações, esses foram os resultados encontrados:

Classificação das publicações obtidas com a pesquisa bibliográfica

Publicações descartadas por não tratarem do tema proposto neste estudo	19
Monografias, Dissertações e Teses	11
Publicações pertinentes ao tema utilizados neste estudo	3
Livros e Apostilas	2

O artigo de Pedra *et al* (2018), intitulado *Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”*, apresenta uma análise detalhada do Programa Transcidadania como uma política pública de inserção social para travestis e transexuais. O estudo oferece *insights* relevantes sobre os desafios e avanços promovidos por essa iniciativa. Os autores destacam como o programa busca não apenas garantir o acesso ao mercado de trabalho, mas também promover o resgate da cidadania e a valorização da identidade trans, evidenciando o impacto positivo no enfrentamento das exclusões estruturais (PEDRA *et al*, 2018). Como a análise dos resultados do Transcidadania e a identificação dos desafios enfrentados na implementação do programa, o artigo traz uma abordagem crítica ao tratar dos entraves estruturais que limitam o alcance das políticas públicas voltadas à população trans. Esses entraves incluem a resistência institucional, a carência de recursos financeiros e humanos e o preconceito enraizado nas esferas públicas e privadas, fatores que dificultam a efetivação plena dos direitos dessa população (PEDRA *et al*, 2018).

Além disso, o artigo mostra como o programa contribui para o empoderamento individual por meio da progressão escolar e da capacitação profissional, elementos fundamentais para romper com ciclos de exclusão social e econômica. Entretanto, também aponta para a necessidade de aprimoramento na execução do programa, enfatizando que a descentralização e a ampliação do acesso a outros territórios são essenciais para garantir maior eficácia e abrangência (PEDRA *et al*, 2018).

Em síntese, o estudo de Pedra *et al* (2018) reforça a relevância de iniciativas como o Transcidadania, evidenciando tanto os avanços alcançados quanto os desafios a serem superados para que a política pública cumpra plenamente seu papel na redução das desigualdades e na promoção da cidadania plena para travestis e transexuais. Essa análise corrobora a importância de uma avaliação crítica e propositiva de programas dessa natureza, oferecendo subsídios fundamentais para o aprofundamento das discussões nesta monografia.

De igual forma, o artigo de Magalhães (2019), intitulado *A Empregabilidade Formal de Transexuais e Travestis Beneficiadas do Programa Transcidadania na Cidade de São Paulo*, apresentado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2019, oferece uma análise aprofundada sobre a empregabilidade formal de travestis e

transexuais beneficiadas pelo Programa Transcidadania na cidade de São Paulo. A pesquisa destaca o papel do programa como uma iniciativa pioneira para combater a exclusão social e econômica enfrentada pela população trans, por meio de estratégias voltadas à reintegração social, à qualificação profissional e ao resgate da cidadania. Magalhães (2019) explora como a inserção no mercado formal de trabalho se apresenta como uma barreira central para essa população, uma vez que a transfobia estrutural e a falta de políticas inclusivas frequentemente relegam essas pessoas ao mercado informal ou a ocupações precarizadas (MAGALHÃES, 2019).

O estudo também analisa os desafios enfrentados pelo Transcidadania em garantir a empregabilidade formal, apontando a necessidade de articulações mais eficazes entre os setores público e privado para a ampliação das oportunidades. Embora o programa tenha avançado na promoção do acesso à educação e na construção de trajetórias profissionais mais estáveis, a pesquisa ressalta que as mudanças no contexto social e econômico ainda não acompanham plenamente as demandas dessa população. Assim, Magalhães defende o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais como forma de enfrentar os efeitos do estigma e da discriminação que continuam a limitar o alcance da empregabilidade formal (MAGALHÃES, 2019).

Em resumo, o estudo evidencia o impacto transformador do Programa Transcidadania na vida de seus beneficiários, mas também enfatiza a importância de um esforço contínuo e ampliado para que os avanços conquistados se traduzam em mudanças estruturais duradouras (MAGALHÃES, 2019), contribuindo para o debate acadêmico e político sobre a inclusão social e econômica da população trans, reforçando a relevância de iniciativas como o Transcidadania e a necessidade de aprimoramentos em sua implementação.

Por fim, o artigo de Nunes e Portéro (2020), *O Programa Transcidadania como Ferramenta de Inclusão Educacional e Profissional dos(as) Transgêneros no Município de São Paulo*, publicado na revista *Humanidades & Inovação*, apresenta uma análise detalhada sobre o Programa Transcidadania como ferramenta de inclusão educacional e profissional da população transgênera no município de São Paulo. A pesquisa discute como o programa busca romper com os ciclos de exclusão social por meio de ações que promovem o acesso à educação e a qualificação profissional, fatores

essenciais para a reintegração social de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade. Os autores destacam que o Transcidadania, ao focar na progressão escolar e na capacitação para o mercado de trabalho, oferece não apenas uma bolsa-auxílio, mas também um acompanhamento interdisciplinar que inclui apoio psicológico, jurídico e social (NUNES & PORTÉRO, 2020).

Além disso, o estudo enfatiza a relevância do programa como uma política pública inovadora e inclusiva, voltada para a redução das desigualdades estruturais que historicamente afetam a população trans. Ele analisa os desafios enfrentados na implementação do programa, como o preconceito e a discriminação ainda presentes nas instituições educacionais e no mercado de trabalho, além das limitações orçamentárias e administrativas que comprometem a ampliação e a eficácia do Transcidadania. Apesar dessas barreiras, os autores reconhecem o impacto positivo do programa na promoção da cidadania e na construção de trajetórias de vida mais dignas e autônomas para seus beneficiários (NUNES & PORTÉRO, 2020).

O artigo também chama atenção para a importância de iniciativas como o Transcidadania no fortalecimento das políticas públicas voltadas para grupos socialmente marginalizados, reforçando a necessidade de uma abordagem intersetorial que contemple não apenas a inclusão educacional e profissional, mas também o combate ao estigma e à transfobia (NUNES & PORTÉRO, 2020). A contribuição de Nunes e Portéro auxilia na compreensão do papel estratégico do programa na promoção de direitos e na transformação social, oferecendo uma visão crítica sobre os caminhos para a inclusão efetiva da população trans no Brasil.

De uma maneira geral, o Programa Transcidadania se apresenta como uma iniciativa significativa no enfrentamento das desigualdades estruturais que atingem travestis e transexuais no município de São Paulo. Analisando sua concepção e execução por meio dos artigos utilizados neste estudo, observa-se que ele busca não apenas a inclusão no mercado de trabalho, mas também a promoção de cidadania, com ações que visam a capacitação educacional e profissional, além do fortalecimento das identidades trans. Essa abordagem é fundamental, considerando o histórico de exclusão e marginalização que marca a trajetória dessa população.

Os artigos de Pedra et al. (2018), Magalhães (2019) e Nunes e Portéro (2020) contribuem para uma análise multifacetada do programa, destacando tanto os avanços

quanto os desafios enfrentados em sua implementação. Enquanto Pedra et al. ressaltam o impacto positivo do Transcidadania na promoção da cidadania e na valorização das identidades trans, Magalhães apresenta dados que mostram a dificuldade de inserção formal de beneficiários no mercado de trabalho, evidenciando a necessidade de maior articulação entre diferentes políticas públicas. Nunes e Portéro, por sua vez, enfatizam o papel do programa na inclusão educacional e profissional e apontam para desafios relacionados à ampliação e descentralização.

Embora o programa seja um marco na promoção dos direitos da população trans, sua efetividade enfrenta limitações significativas. Problemas como a resistência institucional, a falta de recursos financeiros e humanos e o preconceito enraizado na sociedade continuam a ser obstáculos para a inclusão plena dos beneficiários. A descentralização do programa para áreas periféricas e a ampliação do número de vagas são demandas urgentes, uma vez que essas ações poderiam ampliar o alcance e a eficácia da iniciativa.

Portanto, o Programa Transcidadania representa um passo importante, mas ainda insuficiente, para a garantia de direitos e redução das vulnerabilidades sociais enfrentadas pela população trans. A crítica fundamentada apresentada nos artigos reforça a necessidade de aprimoramento contínuo dessa política pública, destacando a importância de uma articulação intersetorial e de uma maior sensibilização social para garantir a cidadania plena dessa população historicamente marginalizada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, foi possível identificar que o Programa Transcidadania atua no enfrentamento das desigualdades estruturais e no combate à transfobia, promovendo o empoderamento, a cidadania e a autonomia financeira de seus beneficiários. A pesquisa evidenciou que o Transcidadania não apenas oferece assistência financeira e oportunidades de capacitação, mas também atua de forma integrada, garantindo suporte psicológico, jurídico e pedagógico, fatores fundamentais para a reintegração social. Além disso, ficou evidente que, apesar dos avanços, o programa ainda enfrenta desafios relacionados à sua implementação, como a

necessidade de ampliação das vagas, a descentralização efetiva para alcançar regiões periféricas e a superação do estigma e da discriminação que limitam as oportunidades de empregabilidade formal para essa população.

Este trabalho também buscou situar a historicidade e as particularidades da população trans, contextualizando suas lutas e conquistas, e reconhecendo que o Transcidadania é uma resposta parcial, mas significativa, às demandas dessa comunidade. As reflexões apresentadas apontam para a necessidade de mais pesquisas e iniciativas que aprofundem a discussão sobre a inclusão social e os direitos da população trans, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Ademais, é essencial destacar a importância de continuar pesquisando sobre o Programa Transcidadania e sobre as políticas públicas voltadas à inclusão da população trans, especialmente no Brasil, onde os contextos econômicos, sociais e culturais apresentam grandes desafios para a efetivação de direitos e o combate à transfobia. A ampliação de estudos sobre o tema pode oferecer dados e análises que contribuam para o aprimoramento das iniciativas existentes, além de propor novas estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades estruturais que persistem.

Assim, conclui-se que o Programa Transcidadania é uma iniciativa que vai além de uma política assistencialista, representando um marco na promoção dos direitos humanos e no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que afetam a população trans. No entanto, sua consolidação como ferramenta de transformação estrutural depende de esforços contínuos, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na conscientização da sociedade, para garantir que seus avanços sejam duradouros e sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. B. DE; VASCONCELLOS, V. A.. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, v. 14, n. 2, p. 303– 333, maio 2018.

- ALÓS, A. P. Transitoriedades, transgeneridades, transidentidades: representação e autoria trans na narrativa brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 23, n. 44, p. 9–23, set. 2021.
- ANDRADE, L. N. de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 278 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2012.
- BARBOSA, F. Discriminação ainda é desafio para empreendedores LGBTQIA+. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/discriminacao-ainda-e-desafio-para-empresarios-lgbtqia#:~:text=Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20ainda%20%C3%A9%20desafio%20para%20empresarios%20LGBTQIA%2B,-Sebrae%20concluiu%20primeira&text=No%20Brasil%2C%20segundo%20uma%20pesquisa,das%20letras%20da%20comunidade%20LGBTQIA%2B>. Acesso em: 08 dez 2024.
- BELMONTE, L. A. **LGBT+ na luta: avanços e retrocessos**. (Trad. Alcebiades Diniz Miguel). São Paulo: Contexto, 2024.
- MAGALHÃES, Í. S. A Empregabilidade Formal de Transexuais e Travestis Beneficiadas do Programa Transcidadania na Cidade de São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019.
- MIRANDA, M. B.; MACHADO, J. Transversalidade na Prática em Política Pública: a implementação do Programa TransCidadania em São Paulo. In: Pereira. D. (Ed.) **Mudanças Sociais e Participação Política: Estudos e Ações Interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2017.
- MOREIRA, E. A. da S.; MARCOS, C. M. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593- 609. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2024.
- MOREIRA, G. E. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. **Revista Temporis [ação]**(ISSN 2317-5516), v. 22, n. 02, p. 20-20, 2022.

NUNES, V. E. F.; PORTÉRO, C. S. S. O Programa Transcidadania como Ferramenta de Inclusão Educacional e Profissional dos(as) Transgêneros no Município de São Paulo. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 6, p. 376-394, 2020.

PEDRA, C. B. *et al.* Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”. *REVICE* [Internet]. 2018 [cited 2022 Feb 20]; 3 (1) [em linha].

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Transcidadania: Entenda como funciona. [São Paulo]: Prefeitura de São Paulo [2021]. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/transcidadania-entenda-como-funciona#:~:text=O%20Programa%20Transcidadania%20é%20uma,atendidas%20pelo%20Centro%20de%20Cidadania>. Acesso em: 01 dez. 2024.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Projeto Reinserção Social Transcidadania. [São Paulo]: Prefeitura de São Paulo [2024]. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/cursos/operacao_trabalho/170430. Acesso em: 01 dez. 2024.

SILVA, M. A. DA; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. DE S. M.. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, maio 2020.